

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_, DE 2019**

(Da bancada do PSOL)

*Solicita ao Ministro de Estado do Meio Ambiente informações acerca das mudanças realizadas na gestão do Fundo Amazônia e nas regras de utilização de seus recursos, bem como sobre declarações de inconsistências encontradas em projetos financiados pelo Fundo.*

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações ao Ministro de Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, acerca das mudanças realizadas na gestão do Fundo Amazônia e nas regras de utilização de seus, bem como sobre declarações de inconsistências encontradas em projetos financiados pelo fundo.

1. Quais os profissionais que compuseram a equipe de auditoria no Fundo da Amazônia? Por que o MMA não realizou essa ação em conjunto com TCU e CGU, órgãos competentes para tal? Quais instâncias de governo foram envolvidas nesse processo de avaliação? Foi uma ação oficial do Ministério? Se sim, qual o número do processo para consulta no SEI?
2. O MMA contratou empresa ou profissionais para avaliar inconsistências na aplicação dos recursos do Fundo Amazônia? Esse levantamento envolveu agentes privados? Se sim, quais?
3. Qual a metodologia adotada na avaliação que fundamentou o pronunciamento do Ministro sobre o Fundo?
4. O MMA vinha colaborando com o BNDES para a realização de análise da

efetividade do Fundo Amazônia com especialistas em avaliação de políticas públicas e coordenado pelo CEPAL. Esse trabalho foi suspenso? Essa avaliação será desconsiderada? Por que o MMA apresentou uma avaliação própria, sem envolver estes parceiros e em tão pouco tempo? Solicita-se cópia de estudos do corpo técnico do ministério relatórios, pareceres ou notas técnicas que fundamentam a proposta, bem como atas de reuniões e todos os outros documentos pertinentes sobre o estudo coordenado pela CEPAL.

5. A equipe da avaliação que acompanha a eficiência do Fundo junto ao BNDES conta com consultores especializados em temas específicos como o CAR, geoprocessamento e distribuição de benefícios. A análise do MMA foi feita com qual equipe? São especialistas nas áreas?
6. O MMA está propondo uma revisão na governança do Fundo com base em qual diagnóstico? O BNDES foi consultado? Solicita-se cópia de estudos do corpo técnico do ministério com resultados do diagnóstico, bem como pareceres ou notas técnicas que fundamentam a proposta.
7. A secretaria do MMA responsável pelo Fundo Amazônia e também pela coordenação do COFA (Comitê Orientador do Fundo Amazônia) foi extinta. Qual a área responsável por essa pasta agora?
8. Qual a proposta de mudanças para o comitê? Qual embasamento técnico fundamenta a redução de membros e diminuição de representação da sociedade civil, considerando que povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia são os maiores beneficiados pelos projetos? A antiga área responsável se manifestou no processo que definiu esta diminuição? E o BNDES? E os órgãos estaduais e Estados da região amazônica? Que diálogo foi estabelecido com as entidades da sociedade civil envolvidas? Solicita-se cópia de estudos do corpo técnico do Ministério, relatórios, pareceres ou notas técnicas que fundamentam

a proposta, bem como atas de reuniões e todos os outros documentos pertinentes.

9. Considerando que já existe um fundo de compensação por obras públicas, com aproximadamente R\$ 1 bilhão em caixa, para ser usado prioritariamente em regularização fundiária, qual a justificativa para utilizar os recursos do Fundo Amazônia para a desapropriação de terras?
10. Se o governo alterar as regras e promover o uso indevido do Fundo Amazônia, pode levar o Brasil a perder a credibilidade internacional e gerar prejuízos econômicos. As doações dos governos da Noruega e da Alemanha no acordo com o Brasil têm como destinação ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia. Modificar seu propósito não trará problemas diplomáticos ao Brasil? Qual posicionamento deste Ministério em relação à possibilidade de perder os principais financiadores internacionais da preservação da Amazônia?

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Fundo Amazônia foi criado em 2008 para receber doações destinadas a ações de conservação e combate ao desmatamento na floresta. Esta foi uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+) apresentado pelo Brasil na Conferência das Partes (COP 13) em 2007. O Fundo foi oficializado por meio do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, e atualmente é financiado por dinheiro doado pela Noruega, principal apoiador, e pela Alemanha. Trata-se de R\$ 3,4 bilhões administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Fundo recebe doações de aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promover a conservação e o uso sustentável da Amazônia Legal. Além disso, até 20% dos recursos do fundo podem ser destinados ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países com florestas tropicais. Em relação ao seu sistema de controle, anualmente o Fundo passa por processos de auditorias internacionais. A primeira analisa o aspecto contábil, enquanto a segunda auditoria verifica o cumprimento de exigências contratuais. Em 2018, as auditorias não encontraram irregularidades, já em maio de 2019 a Embaixada da Noruega afirmou que o Fundo Amazônia é “uma das melhores práticas globais de financiamento com fins de conservação e uso sustentável de florestas” e que o uso adequado dos recursos do Fundo foi atestado também pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Apesar de os dados de controle não apresentarem problemas, o ministro Salles declarou à imprensa que encontrou irregularidades em ¼ dos contratos do Fundo Amazônia. No entanto, o ministro não citou quais foram os contratos, nem os contratados ou como foi realizada a análise e quem foi responsável pelo trabalho de verificação. Na ocasião, Salles também afirmou que havia se reunido com os embaixadores dos países financiadores que concordaram em realizar mudanças na gestão do Fundo. Porém, a informação foi contestada no mesmo dia pelas embaixadas da Alemanha e da Noruega. A Controladoria-Geral da União, apontada pelo ministro como co-autora da auditoria sobre o Fundo, também negou qualquer envolvimento sobre as declarações de Salles.

Em razão desse pronunciamento, o presidente do BNDES afastou a Chefe do Departamento de Meio Ambiente e responsável pelo Fundo Amazônia. Esta decisão gerou muita indignação entre os servidores e motivou o responsável pela gestão pública e socioambiental do BNDES, a pedir afastamento do cargo.

Mesmo com a polêmica estabelecida, o ministro anunciou que o governo está trabalhando na edição de um novo decreto para alterar as normas do Fundo

Amazônia e permitir que uma parte de seus recursos possa ser usada para pagar indenizações a donos de propriedades privadas que vivam em áreas de unidades de conservação. Na prática, o que se pretende é usar o dinheiro doado pelos europeus para financiar a compra de terrenos e propriedades localizadas nessas áreas protegidas, eliminando passivos de indenizações acumulados que não foram pagos desde a criação dessas unidades.

Hoje essa utilização é proibida pelo próprio regimento do BNDES, que impede o repasse de seus recursos para regularização fundiária. O estatuto do Fundo Amazônia aprova financiamento a projetos que, de alguma forma, atuem no combate ao desmatamento e, consequentemente, levem à redução dos efeitos das mudanças climáticas. Sobre pagamento para retirada de propriedades privadas, o regimento estabelece que não serão passíveis de apoio pagamentos para indenizações por desapropriação. Tal proposta de quebra de contrato não foi informada aos financiadores do Fundo, a Noruega e a Alemanha, nem passou pelo crivo do Congresso Nacional.

Outra mudança pretendida pelo governo na gestão do Fundo Amazônia inclui a redução do número de membros do seu Comitê Orientador. Esse grupo, responsável por criar as diretrizes e critérios para aplicação dos recursos, é formado atualmente por 23 membros, entre representantes do Governo Federal, Governos dos Estados da Amazônia e entidades da sociedade civil. Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo<sup>1</sup>, o plano do governo é reduzir esse quadro para algo em torno de sete a dez membros, dando mais poder para a representação federal. A reportagem afirma que o ministro Salles não consultou a parte mais atingida, os governos do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Diante desses fatos, nos termos constitucionais e com a urgência que se faz necessária, requeremos as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 2019.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,governo-quer-usar-fundo-amazonia-para-indenizar-desapropriacoes,70002842939>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Apresentação: 04/06/2019 18:14

RIC n.681/2019

**Ivan Valente**  
**Líder do PSOL**

**Fernanda Melchionna**  
**Primeira Vice-Líder do PSOL**

Áurea Carolina  
PSOL/MG

David Miranda  
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues  
PSOL/PA

Glauber Braga  
PSOL/RJ

Luiza Erundina  
PSOL/SP

Marcelo Freixo  
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim  
PSOL/SP

Talíria Petrone  
PSOL/RJ